

Ata da 2ª Sessão Ordinária do dia 10 de março de 2026

1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura

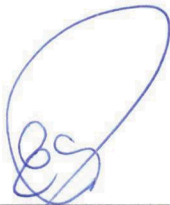
Sessão Ordinária iniciada às dezenove horas do dia 10 de março de dois mil e vinte e seis no Plenário da Câmara Municipal de Machados/PE. Comprovado o quórum regimental, o Presidente, João Soares de Moraes, declarou em nome de Deus aberta a Sessão, com a presença dos Parlamentares: Elisandra da Silva Cunha, 1ª Secretária, Gilberto Jorge da Silva, 2º Secretário, José João do Nascimento, Adolfo Amair Silvino Barbosa, Luciano José da Silva, Júlia Gabriela de Andrade Lima Colaço e Fabrício Cavalcanti Pimentel, com ausência justificada do Vereador Rosival da Silva Santos. Em ato contínuo, foi realizada a leitura da mensagem Bíblica pelo 2º Secretário, Gilberto Jorge da Silva. Na sequência, o Presidente solicitou do funcionário, Ivan Antonio da Silva, a leitura da Ata da Sessão anterior, e posteriormente declarou em discussão, e sem retificações recebeu aprovação por unanimidade. No horário destinado ao Pequeno Expediente, a 1ª Secretária Elisandra Cunha, realizou a leitura do Convite da Paróquia de São Sebastião de Machados, assim como do Decreto nº. 020/2026. Verificada a existência de quórum, foi declarada aberta a Ordem do Dia. Em ato contínuo, a 1ª Secretária Elisandra Cunha, procedeu a leitura do Parecer nº 001/2026 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Veto nº 001/2026 referente as Emendas Parlamentares de Remanejamento nº 001/2025, nº 002/2025 e nº 003/2025 apresentada pelo Vereador Fabrício Cavalcanti Pimentel, apostas ao Projeto de Lei nº 022/2025 (LOA) que estima a receita e fixa a despesa do município de Machados para o Exercício Financeiro de 2026. Sendo o mesmo de autoria do Poder Executivo Municipal. Em seguida o Presidente João Moraes levou o Veto em discussão pelo Plenário onde o Vereador Luciano José, fez uso da palavra e criticou a atuação da comissão responsável pela análise do veto, afirmando que o parecer apresentado não foi conclusivo, por não indicar posicionamento claro pela aprovação ou rejeição. Destacou que a comissão deveria ser objetiva e apresentar parecer definido, manifestando-se contrário à votação da matéria em plenário nessas condições, por entender que tal procedimento seria inadequado diante da população de Machados. Em Resposta, o Presidente João Moraes informou que iria submeter a questão à apreciação do plenário. Na sequência o Vereador Luciano se mostrou contrário a medida do presidente, afirmando que essa questão não é passiva de votação. Logo após o Presidente João Moraes, esclareceu que a decisão não caberia exclusivamente à Presidência, informando que consultaria o plenário e que, havendo concordância dos vereadores e da presidência das comissões, a matéria poderia ser encaminhada novamente às comissões para análise. Em seguida com o uso da palavra a Vereadora Júlia Gabriela esclareceu que a comissão se manifestou favorável ao encaminhamento da matéria para votação em plenário, registrando os votos contrários dos Vereadores Adolfo Amair e Rosival Santos, ressaltando que caberia ao plenário decidir por manter ou rejeitar o veto. Logo após também com o uso da palavra o Vereador Adolfo Amair esclareceu que, sendo o Vereador Rosival Santos o relator da comissão e tendo este se manifestado contrário, o parecer deveria, conforme o regimento, indicar a reprovação do veto. Consequente o Vereador Luciano José afirmou que, a comissão é composta por três membros, havendo maioria pela rejeição, o parecer deveria indicar claramente essa posição. Defendeu, portanto, a devolução da matéria à comissão para que o relator apresente parecer conclusivo, permitindo que o plenário realize a votação com clareza. Na sequência, o Presidente João Moraes submeteu ao plenário a proposta de retorno da matéria às comissões para nova análise, sendo a medida aprovada por 6 (seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. No ensejo a Vereadora Elisandra Cunha, ao justificar seu posicionamento, manifestou entendimento de que a Comissão de Justiça deveria corrigir a redação do parecer, considerando que a maioria, inclusive o relator, havia se posicionado contrário, devendo constar expressamente tal posição no

documento. A seguir o Vereador Luciano José criticou a atuação da comissão, afirmando que o parecer deveria apresentar posicionamento claro, favorável ou contrário, e não transferir ao plenário a responsabilidade por uma definição que caberia ao colegiado, ressaltando que não concordava em assumir decisões decorrentes de falhas na condução do parecer. Na sequência, o Presidente João Moraes suspendeu a sessão por 5 (cinco) minutos, a fim de consultar o Setor Jurídico da Casa e deliberar sobre a melhor forma de encaminhamento da matéria em questão. Após a suspensão da sessão, a Presidência da Mesa, com base na orientação do Setor Jurídico da Casa, deliberou pelo retorno da matéria às comissões para nova análise. Na sequência Vereador Luciano José afirmou que a votação em plenário exige posicionamento claro, favorável ou contrário, ressaltando que não admitiria deliberar em situação de indefinição ou assumir responsabilidade por decisão sem clareza. Logo após, o Vereador Adolfo Amair ressaltou que o julgamento do plenário deve se fundamentar no conteúdo do relatório, o qual precisa indicar de forma expressa se é favorável ou contrário à manutenção do veto. Destacou que, diante da ausência dessa definição pelo relator, fica comprometida a adequada deliberação da matéria. Em resposta o Presidente João Moraes ponderou que a análise do projeto e do parecer deveria ter sido realizada de forma mais atenta no âmbito da comissão, destacando que havia acompanhamento do setor jurídico no momento da reunião. Posteriormente o Vereador Adolfo Amair destacou que cada membro da comissão possui responsabilidades específicas, ressaltando a existência das funções de presidente, secretário e relator no âmbito do colegiado. Na sequência a Vereadora Júlia Gabriela, pela ordem, esclareceu seu posicionamento favorável à manutenção do veto, reafirmando que não alteraria seu voto. Destacou que, embora a matéria pudesse seguir para votação, não haveria impedimento no retorno às comissões para elaboração de novo parecer. Em resposta, o Presidente João Moraes acatou a manifestação da vereadora e encaminhou a matéria à presidência das comissões, solicitando a definição de prazo para nova análise e posterior deliberação. Prosseguindo com a sessão, a 1ª Secretária Elisandra Cunha realizou a leitura do Parecer Conjunto nº 001/2026 ao Projeto de Lei nº 026/2025 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Machados - PE e da outras providências. Sendo o referido Projeto de autoria do Poder Executivo Municipal. Posteriormente, o Presidente submeteu o referido Projeto de Lei em discussão pelo plenário e, não havendo manifestações, colocou-o em votação, o qual recebeu aprovação por unanimidade. Na continuidade o 2º Secretário Gilberto procedeu a leitura do Parecer Conjunto nº 002/2026 Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Educação, Saúde e Assistência Social, ao Projeto de Lei nº 014/2025, que proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual apologia a ideologia de gênero, exibição de cenas eróticas, pornográficas ao uso de álcool, tabaco, drogas e afins no município de Machados - PE. Sendo este do Poder Legislativo Municipal, de autoria do Vereador Rosival da Silva Santos. Logo após, o Presidente submeteu em discussão pelo Plenário o referido Projeto de Lei, e não havendo manifestações, colocou-o em votação tendo recebido aprovação por unanimidade. Ainda o 2º Secretário Gilberto Jorge, realizou a leitura do Requerimento nº 001/2026, solicitando a alteração do nome da rua projetada 02 localizada em Chã dos Ventos, para Rita Josefa do Nascimento Figueredo, em sua homenagem. Sendo este do Poder Legislativo Municipal, de autoria do Vereador Rosival da Silva Santos. Continuando, o Presidente declarou o Requerimento à discussão em plenário e, não havendo manifestações, colocou-o em votação, sendo aprovado por unanimidade. No horário destinado às considerações finais, após facultada a palavra, fizeram uso da tribuna os Vereadores: Fabrício Cavalcanti Pimentel, Adolfo Amair Silvino Barbosa, João Soares de Moraes, e Luciano José da Silva, que trataram de assuntos de interesse do município de Machados. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrado os trabalhos e convidando os Senhores vereadores e vereadoras para comparecerem à

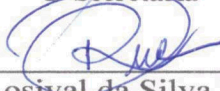
Sessão Ordinária a ser realizada no dia 24 de março de 2026. Esta Sessão encontra-se no Programa específico nos arquivos informatizados desta Casa. E para constar Eu, Joseleide Salustiano de Andrade, tendo secretariado os trabalhos sob a supervisão da 1ª Secretária lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Ata aprovada por unanimidade de votos em 11/24 de março de 2026.

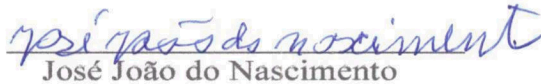
Assinatura de Todos os Parlamentares Presentes na Sessão



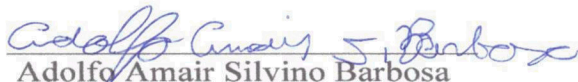
Elisandra da Silva Cunha
1ª Secretária



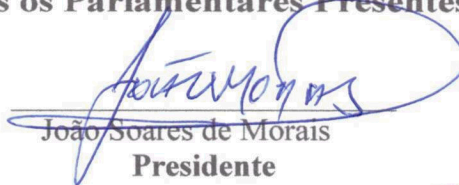
Rosival da Silva Santos
Vereador



José João do Nascimento
Vereador



Adolfo Amair Silvino Barbosa
Vereador



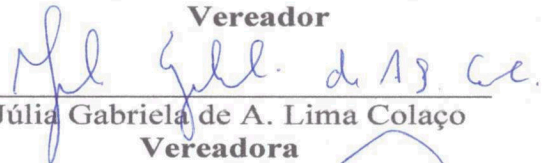
João Soares de Moraes
Presidente



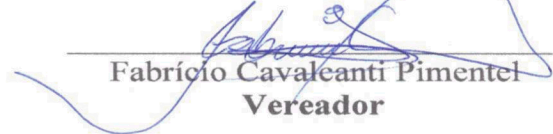
Gilberto Jorge da Silva
2ª Secretário



Luciano José da Silva
Vereador



Júlia Gabriela de A. Lima Colaço
Vereadora



Fabrício Cavaleanti Pimentel
Vereador